



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

Processo Administrativo nº 0000548-39.2023.6.12.8000

ANEXO I

Referência: Resolução CNJ 468/2022

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de notebooks para atendimento de demanda ao uso ordinário e extraordinário do TRE/MS.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TRE-MS	QUANTIDADE órgão participante	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	Intervalo mínimo entre lances
1	Notebook	609382	Unidade	200	25	R\$ 4.893,30	R\$ 1.100.992,50	R\$ 0,10
TOTAL - TRE-MS							R\$ 978.660,00	
TOTAL ÓRGÃO PARTICIPANTE							R\$ 122.332,50	

1.2. O(s) item(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. Por se tratar de Ata de Registro de Preços, o período de vigência desta contratação será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde comprovado o preço vantajoso.

1.4. O prazo para entrega dos equipamentos será de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

1.4.1. A primeira requisição de materiais será, inicialmente, de 100 (cem) unidades. As demais unidades serão solicitadas conforme demanda.

1.5. DO REGISTRO DE PREÇOS

1.5.1. Justifica-se a utilização do sistema de registro de preços pois durante a elaboração dos Estudos Preliminares, no item 2 (Estimativa da Demanda), a equipe de planejamento da contratação verificou que, ordinariamente, serão usados 90 (noventa) notebooks por diversas unidades do TRE-MS e para às Eleições de 2024, em torno de mais 110 (cento e dez) para pontos de transmissão. Dessa forma, optou-se por executar apenas 100 (cem) para 2023 e os outros 100 (cem) para 2024, para uso nas Eleições.

1.5.2. Outro ponto relevante para a divisão do quantitativo em 2023 e 2024, é a manutenção dos equipamentos que não seriam utilizados no primeiro momento. Haveria a necessidade de gastos com manutenção desnecessários, uma vez que não seriam utilizados.

1.5.3. Sendo assim, enquadra-se no inciso II do art. 3º do decreto 11.462 de 31 de março de 2023.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. As especificações do item consistem em:

1. Processadores do tipo "High End" que tenham CPU Benchmark com pontuação maior ou igual 7834 (listagem de processadores disponível em [https://www.cpubenchmark.net/high\\_end\\_cpus.html](https://www.cpubenchmark.net/high_end_cpus.html));
2. Não serão aceitos processadores descontinuados;
3. Equipamento deve ser compatível com Windows 11 Pro;
4. Deve possuir a tecnologia TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0 ou superior;
5. 08 GB RAM DDR4 SDRAM, no mínimo;
6. 500 GB SSD, no mínimo;
7. BIOS: tipo flash memory, utilizando memória não volátil e reprogramável; Interface Unified Extensible Firmware Interface (UEFI) compatível com Inicialização Segura. O fabricante do equipamento deverá constar na lista UEFI (<https://uefi.org/members>) na categoria "Promoters"; Com suporte ao padrão ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 2.0 ou superior; Com suporte às tecnologias S.M.A.R.T. (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology) e AHCI (Advanced Host Controller Interface); Deve conter as seguintes informações: Marca e Modelo do Equipamento.
8. Tela ~15" com resolução mínima de 1920 x 1080 pixels, mínimo 15" e máximo 15,7"
9. Saída de vídeo para monitor externo em porta HDMI com resolução mínima de 1920 x 1080 a 60Hz;
10. No mínimo 2 (duas) portas USB Tipo-A padrão 2.0 ou 3.0;
11. Câmera integrada HD de 720p a 30 fps, mínimo;
12. Microfone integrado;
13. Energia Adaptador CA com plugue padrão NBR 14136 / bivolt 100V ~ 240V;
14. Bateria principal com autonomia mínima de 3h com apenas o Sistema Operacional ligado;
15. Interface de rede gigabit ethernet integrada, operar a 10/100/1000 Mbps de forma automática, possuir RJ-45 fêmea com led de atividade;
16. Placa de rede sem fio padrão mínimo 802.11ac integrada;
17. Interface Bluetooth 5.0 ou superior integrada;
18. Teclado padrão Português-Brasil ABNT 2 , com bloco numérico separado das demais teclas;
19. Touchpad com função de rolagem e dois botões de função;
20. Alto-falantes estéreo, 1,5 W por canal;
21. Entrada para fone de ouvido e microfone P3 que agrega microfone e fone de ouvido na mesma entrada;
22. Deve possuir slot específico para instalação de cabo com trava de fixação antifurto;
23. Chassi com variações de cores preta e/ou cinza;
24. Pasta/Bolsa para transporte compatível com as dimensões do notebook com variações de cores preta e/ou cinza, com alça de mão e alça de ombro e estas deverão suportar o peso do conjunto do notebook;
25. Softwares: Windows 11 Pro 64 bits Pt-Br com licença integrada na placa-mãe do notebook, com possibilidade de downgrade para Windows 10 Pro;
26. O fabricante deverá disponibilizar via web site, download gratuito de todos os drivers de dispositivos, BIOS e Firmwares para o notebook ofertado na versão mais atual;
27. Garantia mínima de 3 anos on site;
28. O licitante deverá apresentar declaração do fabricante de que o produto ofertado possui a garantia exigida e indicar a(s) assistência(s) técnica(s) autorizada, na cidade do contratante no caso do TRE-MS, que irá prestar o serviço de garantia do produto;
29. O fabricante deverá ter web site que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do seu número de série e modelo/número do equipamento;
30. O atendimento deverá ser prestado, no caso do TRE-MS, na Seção de Gestão de Ativos de TI (SGA)/Sala 17(Central de Serviços Anexo) TRE-MS, no endereço: Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180 - Parque dos Poderes - CEP: 79037-106 - Campo Grande - MS, em dias úteis, no horário das 12 às 18h. Poderá ser informado outro endereço na cidade de Campo Grande - MS;
31. A garantia deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo o fornecimento e a troca de peças, inclusive a bateria, abrangendo todo o período de garantia, bem como a eventual substituição de equipamentos, reparos e correções necessárias, sem qualquer ônus para o contratante;
32. Não serão aceitas adaptações no equipamento (adição de componentes pelo licitante). Deverá ser comprovado através de declaração do fabricante que todo equipamento será integrado em fábrica. Esta exigência visa à procedência e garantia total do equipamento pelo FABRICANTE;
33. O fabricante do equipamento deverá dispor de um número telefônico, e-mail e/ou site na Internet para suporte técnico e abertura de chamados técnicos;

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Atender necessidades ordinárias, tais como: plenário do TRE-MS, sala de treinamento entre outras. E, demandas decorrentes dos eventos eleitorais, tais como: pontos de transmissão

(aproximadamente 110 pontos), juntas eleitorais, prestação de contas etc.

3.2. Dessa forma, torna-se necessário contratar uma empresa para fornecer o item.

3.3. O OBJETIVO a ser alcançado por meio da contratação é a melhoria da qualidade do atendimento dos usuários de TIC do TRE-MS.

3.4. Os BENEFÍCIOS diretos e indiretos resultantes da contratação são: Espera-se obter número suficiente de notebooks para atendimento das demandas ordinárias e extraordinárias (eleitorais) do TRE/MS.

3.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2023, conforme Processo SEI 0009204-19.2022.6.12.8000, publicado na página deste TRE/MS na internet.

3.7. NATUREZA DO OBJETO: Trata-se de Aquisição de Materiais Comuns de Tecnologia da Informação, submetendo-se à resolução CNJ 468/2022.

3.8. PARCELAMENTO DO OBJETO: Registra-se que não haverá parcelamento, por não ser técnica e economicamente viável. A divisão por itens não se mostra viável pois, equipamentos idênticos fornecidos apenas por uma única empresa facilita o processo de aceite, distribuição, gestão e fiscalização do objeto e, conseqüentemente, economicidade na gestão dos mesmos. Sendo assim, o objeto da contratação, consta de um único item no Termo de Referência.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### 4.1. Requisitos Legais

4.1.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 (PESQUISA DE PREÇOS), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), Resolução CNJ 468/2022 e a outras legislações aplicáveis.

##### 4.2. Requisitos Temporais

4.2.1. A entrega dos itens deve ser de no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho.

4.2.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

##### 4.3. Requisitos de Experiência Profissional

4.3.1. Os serviços, de manutenção em garantia, deverão ser prestados por técnicos / analistas devidamente capacitados;

##### 4.4. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.4.1. A execução do serviço de manutenção em garantia deve ser acompanhada pelo CONTRATANTE, que dará ciência, à CONTRATADA, de eventuais ocorrências durante a execução dos serviços.

4.4.2. Não há obrigatoriedade de realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços.

##### 4.5. Sustentabilidade

4.5.1. A contratação deverá atender aos seguintes critérios de sustentabilidade:

a) Os documentos e/ou relatórios deverão ser entregues, sempre que possível, por via informatizada de forma a não utilizar papel ou outro insumo semelhante;

b) Caso a impressão seja necessária, a contratada deve adotar práticas de impressão sustentáveis, como a utilização de papel reciclado, impressão frente e verso e a minimização do uso de tintas prejudiciais ao meio ambiente;

c) Este TRE, quando da redação da cláusula que estipula os horários de realização dos serviços, deu preferência por conciliar com horários de funcionamento do órgão onde a energia e demais insumos já são utilizados.

d) As embalagens a serem utilizadas na realização dos serviços, sempre que possível, deverá ser de material de baixo impacto ecológico.

e) A empresa contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

4.5.2. O notebook, de marca e modelo ofertado, **deverá ser compatível com a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances)**, quanto à não utilização de substâncias nocivas ao ambiente.

4.5.2.1 A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio

de prova que o bem fornecido cumpre com essa exigência;

4.6. Não é admitida a sucontratação do objeto contratual.

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

### **5.1. São obrigações do CONTRATANTE:**

- a) Requisitar o fornecimento dos materiais , na forma prevista neste Termo de Referência
- b) nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- c) encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- d) Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
- e) receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- f) Verificar a manutenção pela CONTRATADA das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
- g) comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na Avaliação de Resultado
- h) Aplicar penalidades à CONTRATADA, por descumprimento contratual.
- i) aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- j) liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- k) comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- l) efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.
- m) definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- n) prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

### **5.2. São obrigações da CONTRATADA**

- a) Realizar o fornecimento do material decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência;
- b) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do objeto. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para terceiros.
- c) indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- d) atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- e) reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- f) propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- g) manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
- h) quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

- i) quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- j) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à prestação do serviço, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
- k) ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- l) Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.
- m) fazer a transição contratual, quando for o caso;
- n) Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
- o) Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
- p) Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

6.1. O contato com a fiscalização para disponibilização da solução da contratada deverá ocorrer no horário das 12:00h as 18:00h, de segunda à sexta-feria, através do telefone (67) 2107- 7126/ 2107-7103 (Ramon Rodrigues ou Márcio Naka).

6.1.1. O PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA é 30 (dias) dias, contados do dia útil subsequente à mensagem eletrônica responsável pelo encaminhamento do contrato/nota de empenho, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

6.2. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.3. O prazo de garantia contratual dos equipamentos esta estabelecido neste Termo de Referência.

6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.4.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

6.4.2. O modelo de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I "a" e I "b".

**6.5 Fica a empresa obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, na data de envio registrada no Sistema Eletrônico de Informações.**

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

- 7.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.
- 7.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.
- 7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), observando-se, em especial, as rotinas a seguir:
- 7.5.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 7.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 7.5.3. Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 7.5.5. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 7.6. Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.6.1. Atuar tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 7.6.2. manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 7.6.3. formalizar processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 7.6.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 7.6.5. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 7.6.5.1. requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;
- 7.6.5.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da CONTRATADA.
- 7.6.5.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
- 7.6.5.4. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO**

### **Do recebimento**

8.1. A empresa fornecedora deverá entregar os materiais, do ÓRGÃO GERENCIADOR (TRE/MS), na Seção de Almoxarifado e Patrimônio do TRE-MS, sito na Rua Delegado José Alfredo Hardman, 184 - Jardim Veraneio - Parque dos Poderes, na cidade de Campo Grande/MS, de segunda a sexta-feira, das 12:00 h às 18:00.

8.1.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega e instalação dos materiais.

8.1.2. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12:00 h às 18:00 h, de segunda a sexta-feira, através do telefone (67) 2107-7207 / (67) 2107-7080.

8.1.3. Os materiais do ÓRGÃO PARTICIPANTE - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO - Campus de Governador Mangabeira, localizado na rua Waldemar Mascarenhas, s/n, Portão, Governador Mangabeira - BA - CEP 44350-000 - UASG 154618 - Horário de Entrega - 8h as 18h - Procurar o servidor Sandoval Sampaio da Silva - Fone: (75) 98348-4875.

8.2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de **30 (trinta) dias**, contados à mensagem eletrônica responsável pelo encaminhamento do contrato/nota de empenho.

8.2.1. Caso a Nota de Empenho seja encaminhada através de serviço postal, fax ou outro meio disponível, a contagem do prazo se dará através da comprovação do efetivo recebimento do instrumento por parte do licitante.

8.2.2. Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas.

8.2.3 Fica a empresa obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, na data de envio registrada no Sistema Eletrônico de Informações.

8.3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega/instalação, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega/instalação.

8.3.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

8.4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

8.5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

#### **8.6. O recebimento provisório e definitivo dos materiais:**

8.6.1 O recebimento provisório ficará a cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado do TRE-MS.

8.6.2 O recebimento definitivo ficará a cargo da Seção de Gerencia de Ativos (SGA) do TRE-MS.

8.7. O recebimento provisório dos materiais será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;

b) condições da embalagem e/ou do material;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8.8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

8.9. O **recebimento definitivo** deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da entrega dos materiais, satisfeitas as condições abaixo:

a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;

b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) realização de testes de funcionamento dos equipamentos;

d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.



8.10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

8.10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 8.3 a 8.5

8.11. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

8.12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

8.13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

8.13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

8.14. O prazo da garantia mínima dos materiais está estabelecido no Capítulo 2 deste Termo de Referência, contados após o recebimento definitivo dos equipamentos.

**8.15. A contratada na ocasião do recebimento definitivo, deverá apresentar documento de garantia do fabricante do equipamento/produto, onde ateste o prazo de garantia, contra quaisquer defeitos de fabricação.**

**8.15.1 A contratada deverá comprovar, no momento de análise das propostas, que há assistência técnica do fabricante do equipamento/produto em Campo Grande MS.**

8.16. Durante o período de garantia, a contratada, ou assistência técnica autorizada, prestará serviços de assistência técnica ao equipamento, sem nenhum ônus ao TRE/MS.

8.16.1 A obrigatoriedade da assistência técnica em Campo Grande se deve ao alto custo do envio dos equipamentos a outra municipalidade em caso de defeito.

## **9. DA LIQUIDAÇÃO**

9.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

9.2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

9.3. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

9.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

9.5. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

9.5.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.5.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.6. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **10. PRAZO DE PAGAMENTO**

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pela CONTRATADA.

10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária



para pagamento.

10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, se este for devido.

10.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.5. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$ .

## 11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, mediante Sistema de Registro de Preços.

11.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

11.3. Será aplicada margem de preferência na presente contratação. Em vista do valor, a contratação terá tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da lei Complementar nº 123, de 2006.

11.4. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

**11.4.1. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta eletrônica a marca e o modelo do notebook ofertado.**

**11.4.1.1 A licitante deverá indicar, sítio(s) na internet, do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado;**

**11.4.1.2. A licitante também poderá anexar à proposta eletrônica catálogo ou folder do produto** que contenha as características do produto ofertado;

**11.4.1.3. Caso não seja informada a marca/modelo do produto na proposta eletrônica e sendo tal informação necessária para análise da proposta, o Pregoeiro poderá questionar a empresa, via chat, para apresentar as informações e/ou documentações necessárias.**

**11.4.1.4. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.**

**11.4.1.5. Após esta análise preliminar, estando o material, em tese, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, o Pregoeiro fará o aceite da proposta.**

**11.4.1.6. Ainda que a marca/modelo tenha sido aceita pelo Pregoeiro, nova análise será realizada no momento da entrega dos produtos e, caso o material não atenda às especificações deste Termo de Referência, o recebimento definitivo não será realizado.**

## 12. DA APLICAÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA - APLICA-SE A MARGEM DE PREFERÊNCIA CONFORME DESCRITO A SEGUIR:

### DA LC 123/2006 - MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

12.1. Será dado direito de **preferência** previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 à licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha declarado seu enquadramento como tal.

## 13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- 13.1. CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;
- 13.2. CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;
- 13.3. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- 13.4. Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

#### 14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 14.1. O custo estimado total da contratação, considerando os valores do órgão gerenciador e participantes, é de **R\$ 923.863,50 (novecentos e vinte e três mil oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.
- 14.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, conforme especificado na matriz de risco

#### 15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
  - I) Gestão/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de MS/Secretaria de Tecnologia da Informação ;
  - II) Fonte de Recursos: : 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;
  - III) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054 ;
  - IV) Elemento de Despesa: 3390.40.10 – 44.90.52.41 – EQUIPAMENTOS DE TIC – COMPUTADORES
- 15.3. A contratação do órgão participante será atendida pela seguinte dotação:
  - I) Natureza de despesa: 449052;
  - II) Fonte: 10000000000;
  - III) PTRES:170832 ;
  - IV) PI: L20RLP01FIJ

#### 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Campo Grande, MS.

**Marcelo Silva de Novaes**  
**Integrante Demandante**

**Márcio Sadayoshi Naka**  
**Integrante Técnico**

**Érika Murackami Duarte da Rosa**  
**Integrante Administrativa**



Documento assinado eletronicamente por **ÉRIKA MURACKAMI DUARTE DA ROSA, Técnico Judiciário**, em 10/10/2023, às 16:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO SILVA DE NOVAES, Coordenador(a)**, em 10/10/2023, às 16:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO SADAYOSHI NAKA, Técnico Judiciário**, em 10/10/2023, às 16:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1519758** e o código CRC **3C1FD88E**.



0000548-39.2023.6.12.8000

1519758v10